

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.046 - SP (2019/0280894-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET E OUTRO(S) - SP104061
RECORRIDO : CLAUDIO WENZEL LAGOS
RECORRIDO : CELIA MARIA CRUZ DE OLIVEIRA
RECORRIDO : WAGNER DE GODOY CARUSO
ADVOGADO : RODRIGO JOÃO ROSOLIM SALERNO E OUTRO(S) - SP236958
INTERES. : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : SÉRGIO SANTOS DO NASCIMENTO - SP305211
LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415
FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI E OUTRO(S) - SP321754
CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744
JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630
INTERES. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM
TELECOMUNICAÇÕES
ADVOGADO : KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI E OUTRO(S) - SP178033

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A., com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"PLANO DE SAÚDE – LEGITIMIDADE PASSIVA – É responsabilidade da operadora de saúde, e não da ex-empregadora, a prorrogação do contrato – MANUTENÇÃO DE EX- EMPREGADOS – Pretensão de continuidade do vínculo nas mesmas condições vigentes – Resolução Normativa nº 279 da ANS não pode se sobrepor à lei – Impossibilidade de criação de duas carteiras, uma para aposentados e outra para funcionários da ativa, sob pena de violar a benesse legal – Sentença mantida – Apelo improvido" (e-STJ fl. 1660).

Nas razões do recurso especial a parte recorrente alega violação do artigo 31 da Lei nº 9.656/1998.

Sustenta, em síntese, que *"não há obrigatoriedade de que o plano de saúde coletivo seja uno, sobretudo com relação ao regime de custeio"*.

Argumenta que não seria lícito ao julgador definir o valor do plano de saúde, sem critérios consistentes e atuariais, desconsiderando as novas bases da estipulação, ou seja, um negócio jurídico que levou em consideração o atual universo de participantes e riscos.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

A irresignação merece prosperar em parte.

Consta o seguinte no julgado atacado:

"(...)

Superada tal premissa, a matéria posta à apreciação possui dispositivo legal que a sustenta e encontra-se assim redigido:

'Art. 31 da Lei 9.656/98: Ao aposentado que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de dez anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral'.

Verifica-se, portanto, que a lei não fala em adesão a um novo plano, com diversas condições, mas sim na manutenção da situação de beneficiário, nas mesmas condições de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho.

Portanto, não há que se falar em utilização de tabela etária para cálculo do prêmio, destinada unicamente aos inativos, pois o artigo 31 da Lei nº 9.656/98 estabelece que o aposentado será mantido nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

Impor aos beneficiários os preços pretendidos pela operadora esvaziaria, por completo, o sentido da norma acima mencionada.

O cunho protecionista de tal benefício visa favorecer o trabalhador que gozou de contrato de assistência médica por relativo tempo de relação empregatícia e, quando aposentado, encontraria dificuldades na sua absorção pelo mercado de assistência à saúde, em razão da idade avançada.

Cabe salientar que a norma do artigo 31 da Lei nº 9.656/98 prevalece sobre o disposto na Resolução nº 279 da ANS, diploma de natureza administrativa, e que não pode restringir direito estabelecido por lei, não havendo que se falar em violação do princípio da legalidade"(e-STJ fl. 1662-1663)

Entretanto, tal conclusão diverge da jurisprudência deste sodalício firmada no sentido de que, mantidos a qualidade e o conteúdo de cobertura assistencial do plano de saúde, não há direito adquirido a modelo de custeio, devendo-se evitar a onerosidade excessiva ao usuário e a discriminação ao idoso (REsp nº 1.558.456/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, DJe 22/9/2016 e REsp nº 1.479.420/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 11/9/2015).

Ademais, há recente entendimento de que "a opção da operadora por separar as categorias entre ativos e inativos também se mostra adequada para dar cumprimento às disposições legais, visto que há garantia ao empregado aposentado ou demitido de manutenção das mesmas condições de assistência à saúde, e, por princípio, em valores de mensalidade abaixo dos praticados no mercado, não havendo obrigatoriedade de que o plano de saúde coletivo seja uno, sobretudo com relação ao regime de custeio".

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

"RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE. TRABALHADORES ATIVOS. MODALIDADE AUTOGESTÃO. EX-EMPREGADOS. PLANO COLETIVO EMPRESARIAL. REGIME DE CUSTEIO DIVERSO. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA COBERTURA ASSISTENCIAL. VALORES INFERIORES AOS DE MERCADO. DIVISÃO DE CATEGORIAS. ATIVOS E INATIVOS. OPÇÃO DA OPERADORA. REQUISITOS LEGAIS. OBSERVÂNCIA.

1. Discute-se se é possível à empresa que oferece plano de saúde coletivo a seus empregados, na modalidade de autogestão pós-pagamento, contratar, com outra operadora, plano coletivo empresarial exclusivo para os trabalhadores inativos (demitidos e aposentados), a causar modificação no regime de custeio (pré-pagamento por faixas etárias), diante das determinações contidas nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998.

2. É garantido ao trabalhador demitido sem justa causa ou ao aposentado que contribuiu financeiramente para o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral (arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998).

3. A legislação visa proteger a possibilidade de permanência do ex-empregado como beneficiário de plano de saúde em iguais condições assistenciais de que gozava quando estava em atividade, haja vista as dificuldades que encontraria na contratação de plano individual com idade avançada ou sem emprego fixo, somado ao fato de cumprimento de nova carência, entre outros empecilhos, mas isso não significa que a proteção seja necessariamente no mesmo plano de saúde de origem. Legalidade da RN nº 279/2011 da ANS.

4. Mantidos a qualidade e o conteúdo de cobertura assistencial do plano de saúde, não há direito adquirido a modelo de custeio, devendo-se evitar a onerosidade excessiva ao usuário e a discriminação ao idoso. Precedentes.

5. É possível ao ex-empregador (i) manter os seus ex-empregados - demitidos sem justa causa ou aposentados - no mesmo plano de saúde em que se encontravam antes do encerramento do contrato de trabalho ou (ii) contratar um plano de saúde exclusivo para eles (art. 13 da RN nº 279/2011 da ANS).

6. A opção da operadora por separar as categorias entre ativos e inativos também se mostra adequada para dar cumprimento às disposições legais, visto que há garantia ao empregado aposentado ou demitido de manutenção das mesmas condições de assistência à saúde, e, por princípio, em valores de mensalidade abaixo dos praticados no mercado, não havendo obrigatoriedade de que o plano de saúde coletivo seja uno, sobretudo com relação ao regime de custeio.

7. Recurso especial provido" (REsp 1.656.827/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 05/05/2017- grifou-se).

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

